



GOVERNADOR
Arthur 22

VICE SUBTENENTE VELTON

Plano de Governo







PLANO DE GOVERNO

Eleição Suplementar para Governador do Estado de Roraima

RORAIMA EM ORDEM

Plano de Transição Responsável para o Mandato de 2026

Candidato a Governador

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Partido Liberal — PL

Coligação a definir após convenção partidária

Boa Vista — Roraima

Maio de 2026

Sumário

Carta de Apresentação ao Eleitor de Roraima

Parte I — Contexto e Diagnóstico

- 1.1. A natureza do mandato-tampão
- 1.2. Roraima hoje: retrato técnico do nosso Estado
- 1.3. Panorama fiscal do Estado
- 1.4. O que prometemos e o que não prometemos

Parte II — Eixo Estruturante: Responsabilidade Fiscal e Gestão

- 2.1. Programa Raio-X Roraima: diagnóstico em 30 dias
- 2.2. Mutirão de Revisão Contratual
- 2.3. Plano de Eficiência Administrativa
- 2.4. Otimização da arrecadação
- 2.5. Transparência ativa
- 2.6. Cooperação com os órgãos de controle

Parte III — Eixos Setoriais Prioritários

- 3.1. Saúde
- 3.2. Educação
- 3.3. Segurança Pública
- 3.4. Empreendedorismo e Agronegócio
- 3.5. Infraestrutura, Estradas e Vicinais

Parte IV — Eixos Complementares

- 4.1. Assistência social e atenção à primeira infância
- 4.2. Servidor público
- 4.3. Meio ambiente, mineração e diversificação econômica
- 4.4. Articulação federativa
- 4.5. Modernização administrativa

Parte V — Metodologia, Governança e Monitoramento

- 5.1. Os 100 primeiros dias
- 5.2. Sala de Situação
- 5.3. Pacto de Transição 2026-2027

Compromisso Final

Anexo — 20 entregas concretas para os 5 meses

Carta de Apresentação ao Eleitor de Roraima

Caro roraimense,

Apresento a você este Plano de Governo com o respeito que o cargo de Governador do Estado merece e com a honestidade que a hora exige. Esta é uma eleição diferente. Não estamos disputando um mandato de quatro anos. Estamos sendo chamados a escolher quem vai conduzir Roraima por cerca de cinco meses, entre julho de 2026 e o início de janeiro de 2027. Um período curto, decisivo e que precisa ser tratado com a seriedade que ele merece.

Seria fácil escrever um documento cheio de promessas grandiosas e palavras bonitas. Mas isso seria desrespeitar a inteligência de quem vai votar. Em cinco meses, ninguém transforma um estado. Em cinco meses, porém, é possível fazer muita coisa séria: organizar a casa, conhecer profundamente as contas, revisar contratos, cortar desperdícios, dar transparência ao que se gasta, fortalecer os serviços essenciais que o povo já paga e preparar terreno firme para quem assumir em 2027.

Foi exatamente isso que aprendi na Prefeitura de Boa Vista, onde tive a honra de servir como vice-prefeito e, depois, como prefeito por dois mandatos, reeleito em primeiro turno com mais de 75% dos votos. Aprendi que governo bom não é o que promete o impossível; é o que cumpre o que pode cumprir, com transparência e respeito ao dinheiro público.

Este Plano de Governo está organizado em torno de três compromissos que assumo publicamente:

- **Transparência radical** sobre a real situação financeira do Estado, com a publicação de um relatório público de situação fiscal nos primeiros 60 dias de mandato.
- **Eficiência imediata** no uso dos recursos que já existem, com revisão de contratos, corte de desperdícios e priorização do que efetivamente chega ao cidadão.
- **Planejamento sério** para que o próximo governador, eleito em outubro de 2026, encontre um Estado organizado, com diagnósticos prontos, projetos estruturados e contas auditadas.

Saúde, educação, segurança pública, empreendedorismo com destaque para o agronegócio e infraestrutura com prioridade para estradas e vicinais. Estas são as cinco áreas onde concentraremos os esforços de execução. Não porque sejam as únicas que importam, mas porque são as que mais impactam diretamente a vida de quem vive e trabalha em Roraima, e porque são exatamente as áreas onde uma gestão competente, mesmo em cinco meses, pode fazer diferença concreta.

Roraima é um estado jovem, rico em potencial e com um povo trabalhador. Tem economia em crescimento, agronegócio pujante, vocação fronteiriça que pode ser transformada em oportunidade e uma capital que já provou ser referência em gestão pública. Mas tem também desafios fiscais que precisam ser tratados com franqueza, uma máquina pública que precisa

funcionar melhor para o cidadão e um interior que merece a mesma atenção que recebe a capital.

Não venho com fórmulas mágicas. Venho com método, experiência de gestão comprovada e o compromisso de fazer o que precisa ser feito, sem ataque, sem palanque, sem perseguição. Vamos governar olhando para frente, com responsabilidade e respeito.

Conto com o seu voto no dia 21 de junho. E, mais do que isso, conto com a sua cobrança ao longo desses cinco meses. Este Plano de Governo é, ao mesmo tempo, o nosso programa e o seu instrumento de cobrança. Tudo o que está aqui escrito é compromisso firmado. Tudo o que será feito estará à vista de todos.

Roraima merece um governo de transição responsável. É isso que nos propomos a entregar.

Arthur Henrique Brandão Machado

Candidato a Governador de Roraima

Partido Liberal — PL

Parte I — Contexto e Diagnóstico

1.1. A natureza do mandato-tampão

A eleição suplementar de 21 de junho de 2026 foi convocada por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, com fundamento no artigo 224, parágrafo 4º, do Código Eleitoral, e regulamentada pela Resolução TRE-RR nº 584/2026. O governador eleito tomará posse em julho de 2026 e exercerá o cargo até o início de janeiro de 2027, quando assume o governador eleito no pleito ordinário de outubro de 2026.

Trata-se, portanto, de um mandato de aproximadamente cinco meses e meio efetivos; período curto, mas suficiente para realizar entregas concretas e, sobretudo, para deixar o Estado em melhores condições do que o encontramos. Este Plano de Governo respeita essa singularidade. Não promete o que não pode entregar. Não cria expectativas que não pode cumprir. Mas também não se esquivava: assume compromissos claros, mensuráveis e auditáveis.

Nosso entendimento é simples: um governo de transição responsável não é um governo menor. É um governo com objetivos diferentes: o de organizar e preparar, exercidos com a mesma seriedade, técnica e dedicação que se espera de qualquer mandato.

1.2. Roraima hoje: retrato técnico do nosso Estado

Roraima é o estado mais jovem da Federação e o de menor número de municípios, com apenas quinze. Sua população estimada é de 738 mil habitantes, dos quais cerca de dois terços vivem na capital, Boa Vista. O estado faz fronteira com a Venezuela e a Guiana, condição geopolítica que ao mesmo tempo impõe desafios, como segurança, fluxo migratório, defesa territorial, e abre oportunidades de integração e comércio.

A economia roraimense tem como pilares o agronegócio em expansão (com destaque para arroz, soja, milho, feijão, banana e pecuária bovina), o comércio, os serviços e uma forte presença do setor público, que historicamente concentra grande parte da geração de renda e emprego formal. Essa dependência da máquina pública é uma fragilidade estrutural que precisa ser enfrentada com seriedade, não no curto prazo de um mandato-tampão, mas com diagnóstico inicial e plano de transição que permita ao próximo governo agir.

Os quinze municípios apresentam realidades muito distintas. Boa Vista concentra serviços, infraestrutura e a maior parte da atividade econômica. Cidades como Rorainópolis, Caracarái, Pacaraima, Bonfim e Mucajaí têm dinâmicas próprias: agronegócio, fronteira, logística, atendimento ao sul do estado. Já municípios como Uiramutã, Normandia e Amajari apresentam grandes desafios sociais e demandam atenção especial. Toda política pública pensada para Roraima precisa reconhecer essa diversidade interna.

1.3. Panorama fiscal do Estado

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro de 2025, prevê um orçamento de aproximadamente R\$ 9,92 bilhões, o maior da história de Roraima. A Receita Corrente Líquida estimada na proposta orçamentária é de cerca de R\$ 8,27 bilhões. A distribuição das despesas mostra a centralidade do Poder Executivo na execução das políticas públicas e a importância das áreas de saúde, educação e segurança.

| Indicador | Valor |
|--|----------------------------------|
| Orçamento total 2026 (LOA) | R\$ 9,92 bilhões |
| Receita Corrente Líquida (projetada) | R\$ 8,27 bilhões |
| Poder Executivo (parcela das despesas) | R\$ 6,96 bi (74,99%) |
| Saúde | R\$ 1,6 bi (17,61% das despesas) |
| Educação | R\$ 1,4 bi (16,01% das despesas) |
| Segurança Pública | R\$ 1,1 bi (11,76% das despesas) |
| Emendas parlamentares impositivas | R\$ 233 milhões |
| Reserva de contingência | R\$ 547,5 mil |
| Dívida consolidada (Tesouro Nacional, 2024) | R\$ 2,36 bilhões |

Fonte: Lei Orçamentária Anual 2026 (Lei aprovada em 22/12/2025); Informativo SEPLAN/CGOP sobre o PLOA 2026; painel Tesouro Transparente do Tesouro Nacional, dados declarados ao SICONFI atualizados em janeiro de 2026.

Esses números mostram um Estado com orçamento crescente, mas com pontos de fragilidade que precisam ser examinados de perto: uma reserva de contingência ínfima diante do tamanho do orçamento, despesa primária pressionada, dependência de receitas de transferências e operações de crédito significativas em curso. Nada disso é fatal, mas tudo isso exige gestão atenta. O ponto de partida do nosso governo será conhecer com precisão a situação real das contas. Não a fotografia da peça orçamentária, mas a fotografia da execução, do caixa, dos restos a pagar e dos compromissos assumidos.

1.4. O que prometemos e o que não prometemos

Esta é uma seção que normalmente não aparece em planos de governo. Decidimos incluí-la por uma razão simples: honestidade com o eleitor.

Prometemos:

- Conhecer profundamente a situação real do Estado e tornar pública a fotografia fiscal nos primeiros 60 dias.
- Revisar contratos vigentes em busca de eficiência e economicidade.
- Reduzir despesas evitáveis e racionalizar a estrutura administrativa.
- Manter em dia o pagamento dos servidores e dos serviços essenciais.
- Executar com qualidade os recursos previstos para saúde, educação, segurança, agronegócio e infraestrutura.
- Entregar ao próximo governador um Estado organizado, com diagnósticos completos e projetos estruturados.

Não prometemos:

- Resolver, em cinco meses, problemas estruturais que se acumulam há décadas.
- Inaugurar grandes obras novas, que demandam licenciamento, licitação e cronograma físico incompatíveis com o período.
- Aumentos salariais ou benefícios sem lastro fiscal e estudo atuarial adequado.
- Reformas administrativas profundas, que exigem ampla discussão com a sociedade e a Assembleia Legislativa, e cuja maturação cabe ao próximo mandato.

Acreditamos que esse pacto de transparência com o eleitor, sobre o que se pode e o que não se pode entregar, é a base de qualquer relação de confiança entre governo e povo.

Parte II — Eixo Estruturante: Responsabilidade Fiscal e Gestão

Em um mandato curto, o melhor presente que se pode deixar ao Estado é uma casa organizada. Por isso, este eixo é o coração do nosso Plano de Governo. Ele atravessa todas as outras áreas e condiciona a qualidade da entrega em saúde, educação, segurança, agronegócio e infraestrutura. Não há política pública eficaz sem gestão financeira responsável.

2.1. Programa Raio-X Roraima: diagnóstico em 45 dias

Nos primeiros 45 dias de mandato, instituiremos o Programa Raio-X Roraima, uma força-tarefa técnica destinada a produzir uma fotografia precisa, completa e republicana da situação financeira, contratual e operacional do Estado. O programa envolverá a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Planejamento, a Controladoria-Geral do Estado e, mediante convênio, o apoio técnico da Secretaria do Tesouro Nacional.

Itens prioritários do diagnóstico:

- Posição real de caixa: disponibilidade financeira efetiva versus compromissos de curto prazo.
- Estoque completo de restos a pagar, processados e não processados.
- Estoque de precatórios e cronograma de pagamentos pactuado.
- Situação atuarial e financeira do regime próprio de previdência.
- Composição e evolução da dívida consolidada e da dívida ativa.
- Mapeamento de operações de crédito em andamento, com destaque para o empréstimo de R\$ 805 milhões previsto na peça orçamentária.
- Cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Capacidade de Pagamento (CAPAG).

Em até 60 dias da posse, publicaremos o Relatório Público de Situação Fiscal, um documento técnico, com linguagem acessível, que será apresentado em audiência pública à Assembleia Legislativa, aos órgãos de controle e à imprensa. Transparência é o primeiro passo para a confiança.

2.2. Mutirão de Revisão Contratual

Todos os contratos vigentes celebrados pelo Poder Executivo estadual passarão por revisão técnica em regime de mutirão, com prioridade para os três grupos abaixo:

- Contratos de valor anual superior a R\$ 1 milhão, revisados quanto à legalidade, economicidade, qualidade da entrega e adequação ao interesse público.

- Aditivos contratuais firmados nos últimos 24 meses, com verificação da justificativa técnica e econômica que os fundamentou.
- Contratos de locação de imóveis, locação de frota, terceirização de serviços e serviços de tecnologia da informação. Áreas tipicamente sujeitas a desperdício e a margens de eficiência relevantes.

A meta é identificar, no período do mandato, uma economia mínima entre 3% e 5% das despesas correntes não obrigatórias. Os recursos eventualmente economizados serão destinados, prioritariamente, ao reforço dos serviços públicos essenciais, saúde, educação e segurança e à recomposição da reserva de contingência.

O mutirão será conduzido com participação da Procuradoria-Geral do Estado, da Controladoria-Geral e em diálogo permanente com o Tribunal de Contas do Estado. Nenhum contrato será rescindido sem amparo técnico e jurídico; nenhum desperdício será mantido por inércia.

2.3. Plano de Eficiência Administrativa

A máquina pública precisa ser instrumento do cidadão, não fim em si mesma. Implementaremos, ainda nos primeiros 90 dias, um Plano de Eficiência Administrativa que contemplará as seguintes medidas:

- Revisão e análise da estrutura de cargos comissionados e funções gratificadas do Executivo, com critérios de necessidade, perfil profissional e proporcionalidade.
- Suspensão imediata de despesas não essenciais, como eventos protocolares, publicidade institucional não obrigatória, passagens e diárias acima do estritamente necessário.
- Centralização de compras e adesão a sistemas de registro de preços compartilhados entre secretarias e órgãos.
- Revisão dos contratos de *outsourcing* de tecnologia, com avaliação de internalização parcial onde houver vantagem econômica e técnica.
- Adoção de teletrabalho parcial nas atividades em que for tecnicamente viável, com redução de despesas operacionais.

2.4. Otimização da arrecadação

Aumentar receita sem aumentar imposto é trabalho de inteligência fiscal, não de criatividade tributária. Nosso foco será:

- **Programa de Recuperação de Créditos:** atualização do estoque de dívida ativa, segmentação por capacidade de pagamento e estratégias diferenciadas de cobrança.

- **Programa de regularização tributária:** abertura de janela para renegociação de débitos com desconto sobre multas e juros, dentro das prerrogativas da legislação estadual, para devedores que regularizarem-se voluntariamente.
- **Combate à sonegação:** fortalecimento da inteligência fiscal da Sefaz, cruzamento de dados com bases federais e municipais, modernização tecnológica do controle do ICMS.
- **Modernização tributária:** revisão de procedimentos de fiscalização do ITCD e do IPVA, com simplificação para o contribuinte cumpridor e foco na inadimplência contumaz.

2.5. Transparência ativa

Adotaremos a transparência como princípio operacional, não como exigência burocrática. As principais medidas serão:

- Portal Roraima Aberto: publicação semanal de despesas, contratos celebrados e nomeações para cargos comissionados, em formato aberto e pesquisável.
- Adesão integral à Escala Brasil Transparente da CGU, com meta de elevar a pontuação do Estado já no exercício de 2026.
- Audiência pública trimestral de prestação de contas, presencial e transmitida ao vivo, com participação aberta a entidades da sociedade civil, conselhos e imprensa.
- Publicação dos relatórios de execução fiscal em linguagem cidadã: versões resumidas e didáticas, acessíveis ao cidadão comum, sem prejuízo dos relatórios técnicos exigidos pela legislação.

2.6. Cooperação com os órgãos de controle

Bom governo não tem medo de controle. Estabeleceremos canais formais e permanentes de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Contas, a Controladoria-Geral do Estado, o Ministério Público Estadual e, mediante convênio, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União, quando couber. O objetivo é prevenir irregularidades, corrigir desvios identificados com agilidade e fortalecer a cultura de ambiente organizacional onde a responsabilidade, a transparência e o senso de protagonismo são a base da administração estadual.

Solicitaremos, ainda, apoio técnico formal da Secretaria do Tesouro Nacional para a transição e para a modelagem do diagnóstico fiscal, aproveitando a expertise federal em monitoramento de finanças subnacionais.

Parte III — Eixos Setoriais Prioritários

Concentraremos nossa capacidade de execução em cinco áreas: saúde, educação, segurança pública, empreendedorismo com destaque para o agronegócio, e infraestrutura com destaque para estradas e vicinais. Em cada uma delas, o plano se organiza em três camadas: um diagnóstico curto da situação atual, as entregas que assumimos como compromisso para os cinco meses, e as bases que serão lançadas para que o próximo governo possa avançar com solidez a partir de 2027.

3.1. Saúde

Diagnóstico

A saúde concentra 17,61% do orçamento estadual em 2026, aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. Apesar do volume expressivo de recursos, persistem gargalos clássicos: regulação de leitos com filas excessivas, atendimento desigual entre capital e interior, dificuldades na gestão de hospitais estaduais (com destaque para o Hospital Geral de Roraima), desafios específicos da saúde indígena e abastecimento intermitente de medicamentos e insumos.

Entregas para os 5 meses

- Diagnóstico operacional dos hospitais estaduais, com foco no Hospital Geral de Roraima, em parceria com auditores do SUS.
- Plano emergencial de reposição de medicamentos e insumos críticos, com revisão dos contratos de fornecimento.
- Revisão dos contratos de gestão com organizações sociais (OS) e dos contratos de prestação de serviços hospitalares.
- Mutirão estadual de cirurgias eletivas, em parceria com municípios e prestadores conveniados, com priorização por tempo de espera e gravidade clínica.
- Reforço da Central Estadual de Regulação de Leitos, com integração informacional entre hospitais públicos, contratualizados e indígenas.
- Plano específico para saúde indígena, em articulação técnica e respeitosa com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e com as lideranças das comunidades.
- Garantia da regularidade do pagamento da Tabela SUS aos prestadores contratualizados, evitando interrupções no atendimento.

Bases lançadas para 2027

- Plano Diretor de Saúde 2027-2030, com diagnóstico territorial, dimensionamento de leitos e mapa de necessidades por município.
- Estudo de viabilidade para concurso público de profissionais de saúde, com cronograma e dimensionamento técnico-financeiro.

- Modelo sustentável de financiamento da rede hospitalar estadual, com avaliação dos modelos de gestão direta, OS e contratualização.

3.2. Educação

Diagnóstico

A educação responde por 16,01% do orçamento estadual em 2026, com aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. A rede estadual apresenta déficits de infraestrutura, especialmente no interior, desempenho desigual entre escolas urbanas e rurais, desafios particulares nas escolas indígenas e oportunidades importantes em alfabetização, ensino médio integrado e educação profissional.

Entregas para os 5 meses

- Censo do Estado das Escolas: levantamento técnico da infraestrutura física, das condições sanitárias, de climatização e acessibilidade de cada unidade da rede estadual.
- Plano emergencial de reformas de pequeno porte (kit-escola), com cronograma público de execução, priorizando banheiros, climatização, cobertura e eletricidade.
- Programa de reforço escolar para alfabetização nos municípios do interior, em articulação com as redes municipais e com o Pacto Nacional pela Alfabetização.
- Garantia da regularidade da merenda escolar e da distribuição de material didático e uniformes, com revisão dos contratos de fornecimento.
- Plano específico para escolas indígenas, com respeito à educação bilíngue e diferenciada, em diálogo com as comunidades e com o MEC.
- Reforço da segurança escolar em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, especialmente nas áreas urbanas mais vulneráveis.

Bases lançadas para 2027

- Modelo expansível de escolas em tempo integral, com estudo de viabilidade técnica e financeira para o mandato seguinte.
- Plano de carreira e valorização dos profissionais da educação, com estudos atuariais prévios.
- Metas educacionais alinhadas aos compromissos federais, com indicadores claros de aprendizagem.

3.3. Segurança Pública

Diagnóstico

Com aproximadamente R\$ 1,1 bilhão e 11,76% do orçamento estadual, a segurança pública de Roraima enfrenta desafios específicos: a condição fronteira com Venezuela e Guiana, o

aumento da pressão de organizações criminosas, déficit de efetivo em diversas funções, idade média elevada da frota e dos equipamentos, e capacidade limitada do sistema prisional.

Entregas para os 5 meses

- Reforço do policiamento ostensivo em Boa Vista, com priorização territorial baseada em dados de criminalidade violenta letal intencional (CVLI).
- Operação Integrada de Fronteira em Pacaraima e Bonfim, com atuação coordenada entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Forças Armadas.
- Aquisição e distribuição de viaturas, coletes balísticos e equipamentos de proteção individual já previstos no orçamento, com cronograma público de entrega.
- Modernização da inteligência policial, com fortalecimento do Centro Integrado de Comando e Controle e ampliação do videomonitoramento em pontos estratégicos.
- Aceleração das obras de unidades prisionais em andamento, com gestão técnica do cronograma físico-financeiro.
- Programa de combate à evasão fiscal de combustíveis e ao contrabando transfronteiriço, em parceria com a Sefaz e a Polícia Federal.

Bases lançadas para 2027

- Planejamento e dimensionamento técnico de novo concurso para Polícia Militar e Polícia Civil em 2027.
- Reestruturação da Polícia Penal, com plano de carreira, escola penitenciária e protocolos de gestão prisional.
- Expansão do programa Estadual de Videomonitoramento, com estudo técnico e mapeamento de pontos prioritários.

3.4. Empreendedorismo e Agronegócio

Diagnóstico

Roraima é um Estado com vocação produtiva consolidada e em expansão. O agronegócio é hoje o motor mais dinâmico da economia estadual, com destaque para arroz, soja, milho, banana, frutas e pecuária. No entanto, produtores e empreendedores enfrentam barreiras estruturais: excesso burocrático no licenciamento, dificuldades logísticas (especialmente para escoamento), insegurança jurídica em questões fundiárias e acesso ao crédito ainda limitado, sobretudo para o pequeno e médio produtor.

Além disso, Roraima padece de uma fragilidade estrutural que precisa ser enfrentada com seriedade: a forte dependência da economia estadual em relação ao setor público. Diversificar a base econômica não é tarefa de cinco meses, mas começa com a remoção de barreiras ao empreendedorismo privado.

Entregas para os 5 meses

- Programa Desburocratiza Roraima: revisão e simplificação de licenças, alvarás e procedimentos de regularização ambiental para micro e pequenos produtores rurais, com foco na redução de prazos e na unificação de exigências.
- Plano de apoio operacional à safra: reforço da assistência técnica via Secretaria de Estado da Agricultura e parceria com a Embrapa Roraima.
- Articulação institucional com Banco do Brasil, Banco da Amazônia (BASA) e Caixa Econômica Federal: linhas de crédito acessíveis ao pequeno e médio produtor, com presença coordenada do Estado em feiras de financiamento e mutirões de regularização documental.
- Instituição da Mesa Permanente do Agronegócio Roraimense: com participação do governo, da Federação da Agricultura, das associações de produtores, das cooperativas e do setor da pecuária.
- Programa estadual de regularização fundiária dentro da competência do Estado: priorização da regularização de glebas estaduais para pequenos e médios produtores.
- Apoio a feiras municipais do produtor e a programas de comercialização direta entre agricultura familiar e mercados institucionais (escolas, hospitais, presídios).
- Atendimento facilitado ao empreendedor: sala única de licenciamento estadual para investimentos acima de determinado porte, com prazo definido para resposta.

Bases lançadas para 2027

- Plano Estadual do Agronegócio 2027-2030, com diagnóstico de cadeias produtivas, mapa logístico e metas de produção.
- Estudo de viabilidade técnica e econômica para frigorífico estadual com habilitação para exportação.
- Estratégia estruturada de atração de investimentos privados, com foco na diversificação econômica e na redução da dependência do setor público.

3.5. Infraestrutura, Estradas e Vicinais

Diagnóstico

A malha viária estadual apresenta trechos em estado crítico, especialmente as vicinais que dão acesso à zona rural e que são fundamentais para o escoamento da produção agropecuária. O Estado também depende de rodovias federais (BR-174, BR-401, BR-432) cuja conservação cabe à União, mas que demandam articulação estadual constante.

Entregas para os 5 meses

- Mapeamento técnico do estado das rodovias estaduais e das principais vicinais, com classificação por nível de criticidade e demanda produtiva atendida.

- Plano emergencial de manutenção, com operações de tapa-buracos, patrolamento e desobstrução de drenagem em trechos prioritários.
- Recuperação de pontes e bueiros prioritários, com foco em ramais de escoamento da produção agrícola.
- Operação Inverno com a preparação prévia da malha viária para a temporada chuvosa, com patrolamento e drenagem antecipados nos trechos sensíveis.
- Articulação institucional com o DNIT para acelerar serviços de manutenção da BR-174, BR-401 e BR-432, com cobrança coordenada e oferecimento de cooperação técnica do Estado.
- Inventário completo das obras paralisadas no Estado: diagnóstico, custo de retomada, status contratual e priorização das obras viáveis de serem reiniciadas no curto prazo.

Bases lançadas para 2027

- Plano Diretor de Logística e Transportes do Estado, com estratégia integrada de modais e investimentos.
- Estudos prévios de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para trechos rodoviários estratégicos.
- Plano plurianual de pavimentação de vicinais, com priorização baseada em critérios produtivos e populacionais.

Parte IV — Eixos Complementares

Além dos cinco eixos prioritários, há áreas que demandam atenção específica do governo, mesmo em um mandato curto. Os eixos a seguir são tratados em escala compatível com o período, com ações de continuidade, articulação e planejamento.

4.1. Assistência social e atenção à primeira infância

Daremos continuidade aos serviços do Sistema Único de Assistência Social, com foco na regularidade dos repasses para os equipamentos municipais (CRAS e CREAS). Atuaremos em coordenação com programas federais como Bolsa Família e BPC, sem qualquer interferência política ou ideológica em sua execução. Atenção especial será dada às populações em situação de vulnerabilidade, como refugiados venezuelanos em Pacaraima e Boa Vista, comunidades indígenas em áreas mais isoladas e famílias afetadas por eventos climáticos. A primeira infância terá prioridade técnica nas políticas intersetoriais entre saúde, educação e assistência social.

4.2. Servidor público

O servidor público é parceiro indispensável de qualquer governo. Assumimos como compromissos inegociáveis o pagamento em dia da folha salarial, o respeito ao calendário de pagamento e a abertura permanente do diálogo com sindicatos e categorias. Pendências históricas serão tratadas com transparência: cronograma público, lastro fiscal, prioridades pactuadas. Não faremos promessas de reajustes sem estudo atuarial e impacto fiscal demonstrado. Esse tipo de compromisso, quando irresponsável, prejudica a própria categoria no médio prazo. Respeito ao servidor é, antes de tudo, respeito ao seu salário em dia.

4.3. Meio ambiente, mineração e diversificação econômica

Roraima é um Estado de extraordinária riqueza natural e mineral. Esse potencial precisa ser tratado com a seriedade que merece, nem com negligência, nem com tabu. Cumpriremos rigorosamente a legislação ambiental estadual e federal, fortaleceremos a Fundação Estadual do Meio Ambiente nas atribuições de licenciamento e fiscalização, e atuaremos em cooperação com IBAMA, ICMBio e Polícia Federal nas matérias que envolvam competência da União.

Ao mesmo tempo, defenderemos institucionalmente, junto ao governo federal e ao Congresso Nacional, a revisão dos marcos legais e fundiários que hoje impedem o aproveitamento ordenado do potencial mineral do Estado. Roraima possui reservas minerais de relevância nacional cuja exploração, hoje, é em larga medida inviabilizada por sobreposições territoriais e por lacunas regulatórias. Defender a discussão técnica e republicana desses marcos não é antagonizar nenhum grupo social, mas abrir caminho para que o Estado deixe de depender

excessivamente do setor público e diversifique sua base econômica em bases legais, sustentáveis e com retorno fiscal para Roraima.

Trabalharemos para que Roraima tenha voz qualificada em Brasília nessas discussões, com diagnóstico técnico próprio, dados confiáveis e proposições construtivas. Diversificar a economia roraimense, reduzindo a histórica dependência do setor público, é missão estratégica que começa com o reconhecimento honesto das nossas vantagens comparativas.

4.4. Articulação federativa

Nenhum governo estadual entrega resultado significativo sem articulação federativa competente. Atuaremos com presença qualificada em Brasília, em diálogo com a bancada parlamentar de Roraima, com ministérios e órgãos federais, defendendo as pautas do Estado de forma técnica e propositiva. Estabeleceremos cooperação institucional com as prefeituras dos quinze municípios, sem distinção partidária, com foco em projetos compartilhados, transferências regulares e resolução conjunta de demandas. No plano internacional, manteremos diálogo com Guiana e Venezuela nos limites da competência estadual, com atenção especial às questões de fronteira.

4.5. Modernização administrativa

Daremos continuidade e ampliação à oferta de serviços públicos digitais, reduzindo a necessidade de deslocamentos físicos do cidadão. Buscaremos a interoperabilidade entre as bases do Estado e da União (Receita Federal, INSS, Detran), com ganhos de eficiência tanto para o cidadão quanto para a fiscalização. Onde houver vantagem técnica e econômica, adotaremos ferramentas de inteligência artificial e automação em áreas como atendimento, controle interno, análise de processos e gestão tributária, sempre com supervisão humana e respeito à proteção de dados pessoais.

Parte V — Metodologia, Governança e Monitoramento

5.1. Os 100 Primeiros Dias

Adotaremos o método dos 100 Primeiros Dias como instrumento público de cobrança. Trata-se de um conjunto de 10 a 15 entregas concretas e mensuráveis, com cronograma definido e responsáveis identificados, que serão publicadas e monitoradas com transparência. As entregas terão metas verificáveis e prazos pactuados, e a sociedade poderá acompanhar a execução em tempo real pelo Portal Roraima Aberto.

5.2. Sala de Situação

Instalaremos no Palácio Senador Hélio Campos uma Sala de Situação permanente, com reuniões semanais do secretariado para monitoramento de indicadores, decisões de governo, resposta a eventos críticos e ajustes táticos. A Sala de Situação será o instrumento operacional da gestão integrada e funcionará com painel de indicadores públicos atualizados continuamente, vinculados aos compromissos deste Plano.

5.3. Pacto de Transição 2026-2027

Diferentemente de uma transição comum entre governos, a transição do mandato-tampão para o mandato pleno em 2027 é uma transição planejada desde o primeiro dia. Nosso compromisso público é entregar ao governador eleito em outubro de 2026, qualquer que seja seu nome, um Estado organizado, com diagnósticos completos, contratos auditados, projetos estruturados e um inventário detalhado da máquina pública estadual.

Para isso, instituiremos:

- Equipe técnica permanente de transição, ativa desde o primeiro mês de governo.
- Inventário público de contratos, processos administrativos, obras em andamento, pendências judiciais e compromissos assumidos.
- Relatório de Transição Detalhado, entregue ao governador eleito em outubro logo após a diplomação.
- Cooperação institucional aberta com a equipe de transição do governador eleito, independentemente de filiação partidária.

Governar pensando no próximo governador é governar pensando em Roraima. É essa a diferença entre um governo de transição responsável e um governo preocupado apenas com a própria projeção.

Compromisso Final

Este Plano de Governo não é um manifesto de promessas. É um contrato de compromissos verificáveis com o povo de Roraima, registrado nos termos da legislação eleitoral e oferecido publicamente como instrumento de cobrança.

Acreditamos que cinco meses de gestão honesta valem mais do que quatro anos de promessas vazias. E acreditamos, sobretudo, que o eleitor de Roraima é capaz de distinguir entre o populismo fácil e a seriedade necessária. Foi por essa convicção que escrevemos este documento com franqueza, sem dizer mais do que podemos cumprir.

Se honrados com o voto popular no dia 21 de junho de 2026, transformaremos cada uma das linhas deste Plano em ato administrativo e em entrega concreta. E ao final do mandato, em janeiro de 2027, entregaremos o cargo a quem o povo escolher em outubro, com as contas em ordem, os serviços em dia e o caminho desenhado para os próximos quatro anos.

Roraima merece governo sério. É o que oferecemos.

Arthur Henrique Brandão Machado

Candidato a Governador de Roraima — PL

Anexo — 20 entregas concretas para os 5 meses

Este anexo consolida, em formato sintético, os principais compromissos verificáveis assumidos neste Plano de Governo. São compromissos cujo cumprimento poderá ser acompanhado publicamente ao longo do mandato pelo Portal Roraima Aberto e pelas audiências trimestrais de prestação de contas.

| GESTÃO E FINANÇAS | |
|---------------------------------------|---|
| 1. | Programa Raio-X Roraima: diagnóstico fiscal completo nos primeiros 45 dias. |
| 2. | Relatório Público de Situação Fiscal publicado em até 60 dias da posse. |
| 3. | Mutirão de Revisão Contratual: revisão de todos os contratos acima de R\$ 1 milhão. |
| 4. | Meta de economia de 3% a 5% das despesas correntes não obrigatórias. |
| 5. | Portal Roraima Aberto em pleno funcionamento, com publicação semanal de gastos. |
| SAÚDE | |
| 6. | Diagnóstico operacional do Hospital Geral de Roraima concluída e publicada. |
| 7. | Mutirão estadual de cirurgias eletivas com meta pactuada de atendimentos. |
| 8. | Plano emergencial de reposição de medicamentos e insumos em execução. |
| EDUCAÇÃO | |
| 9. | Censo do Estado das Escolas - diagnóstico completo da rede estadual. |
| 10. | Plano emergencial de reformas escolares (kit-escola) iniciado em todos os polos prioritários. |
| 11. | Programa de reforço para alfabetização ativo em todos os municípios do interior. |
| SEGURANÇA | |
| 12. | Operação Integrada de Fronteira em curso em Pacaraima e Bonfim. |
| 13. | Distribuição e entrega das viaturas e equipamentos já previstos no orçamento. |
| AGRONEGÓCIO E EMPREENDEDORISMO | |
| 14. | Programa Desburocratiza Roraima - pacote de simplificações implementado. |
| 15. | Mesa Permanente do Agronegócio instalada e em funcionamento mensal. |
| 16. | Articulação formal com BB, BASA e Caixa para linhas de crédito ao produtor. |
| INFRAESTRUTURA | |
| 17. | Mapeamento técnico das rodovias estaduais e vicinais concluído. |

| | |
|------------------|---|
| 18. | Operação Inverno executada nos trechos críticos antes do pico das chuvas. |
| 19. | Inventário das obras paralisadas concluído e publicado. |
| TRANSIÇÃO | |
| 20. | Relatório de Transição entregue ao governador eleito em outubro, antes da diplomação. |

Este Plano de Governo é registrado em conformidade com o disposto no artigo 11, parágrafo 1º, inciso IX, da Lei nº 9.504/1997, e fica disponível ao eleitor de Roraima.





Plano de Governo



GOVERNADOR
Arthur 22
VICE SUBTENENTE VELTON